



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881

Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Villas Boas

Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagens, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------

EIXO 1

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

**Educação do Campo e democracia: a experiência do
Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no
Campo” da Universidade de Brasília**

*Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Rafael Litvin Villas Bôas,
Luis Henrique Gomes de Moura e Marco Antonio Ribeiro Baratto*

**Construção compartilhada de saberes:
a experiência do NEEPA**

*Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo,
Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana*

**Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA
Amazônico e Residência Agrária**

*Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e
Elenara Ribeiro da Silva*

**Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação
Residência Agrária na Universidade Federal do Pará**

Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira

**Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática
no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo
– Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)**

*Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaína Tude Sevã
e Ranielle Caroline de Sousa*

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília

Beatriz Casado Baides

Geraldo José Gasparin

Luiz Henrique Gomes de Moura

Rafael Litvin Villas Bôas

Marco Antonio Baratto¹

Historicamente, o acesso à educação de qualidade faz parte das bandeiras de luta da classe trabalhadora, encontrando nos trabalhadores da educação suas formas organizativas e as expressões políticas mais avançadas. Não menos intensas foram as batalhas pela garantia da Educação do Campo, não só pela sua especificidade, mas por seu caráter emancipatório, protagonizadas pelos movimentos populares do campo nesse último quarto de século em nosso país.

Não obstante todos os aprendizados históricos que essas lutas ensejaram, estamos vivendo um contexto político de profundos retrocessos no campo educacional. Retrocessos não apenas porque é proposto o fim das políticas públicas com o “congelamento” do Estado, mas pelo esvaziamento de conteúdo ideológico do fazer pedagógico, pela revisão programática dos currículos, pela precarização de salários dos professores e pela falta de investimento na educação pública de modo geral.

O que temos observado no terreno de disputa do contexto pós-golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial imposto no Brasil em 2016 é que

¹Os autores integraram a coordenação política e pedagógica do curso de especialização “Residência Agrária da UnB: matrizes produtivas da vida no campo”.

a esfera da Educação se tornou um dos principais campos de batalha, no sentido simbólico e prático da disputa entre dois projetos.

No primeiro, o presidente Michel Temer coloca no Ministério da Educação um representante do setor privado do mercado das empresas de educação, que encara o setor como campo de negócios. De imediato, o ministro empossado recebe representantes do Movimento Brasil Livre (MBL), uma frente jovem de direita com articulações com os partidos que protagonizaram o golpe, inflada com recursos injetados por organizações estadunidenses e apoiada por atores conservadores, como Alexandre Frota. O ministro extingue a secretaria do MEC responsável por ações de combate ao racismo, de fortalecimento da Educação do Campo, etc. Logo após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o governo Temer propõe a Reforma do Ensino Médio sem os trâmites tradicionais de debate com a sociedade, sem respaldo pelo voto popular, sem ter anunciando em campanha eleitoral o interesse em desmontar a estrutura de ensino brasileiro.

No outro projeto, a juventude brasileira se levanta em protesto, ocupando mais de mil escolas de ensino médio em todo o Brasil e mais de duzentos campi de universidades e institutos federais contra o golpe, contra a reforma do ensino médio, contra a Proposta de Emenda Complementar de congelamento dos gastos públicos por duas décadas. Diante da imposição de medidas pela via institucional ilegítima, levantam-se os estudantes, ocupando os aparelhos escolares e subvertendo a hierarquia tradicional desses espaços, dando sinal de que não estão dispostos a testemunhar o desmonte do sistema educacional público brasileiro.

O que pretendemos neste artigo é recolocar a necessidade e a importância de se continuar construindo cursos de nível superior para a base social dos movimentos populares do campo, que historicamente foram secundarizados na tarefa da escolarização e capacitação técnica, mas que na nossa perspectiva são fundamentais na construção de organização social e poder popular no campo. Faremos essa defesa a partir de duas perspectivas. A primeira, a partir das lições e aprendizados extraídos do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* "Matrizes produtivas da vida no campo:

formação em cooperação, agroecologia e cultura com ênfase na organização social”, promovido por membros do grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (MPAS), em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). O curso foi realizado no período 2013-2015 no campus de Planaltina da Universidade de Brasília (UnB/FUP), com base no edital de cursos de especialização em Residência Agrária, promovido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea/Incra). A segunda perspectiva de nosso debate refere-se ao contexto mesmo da luta por uma política educacional que se vê seriamente ameaçada no contexto do atual cenário político em que uma reconfiguração de poder toma de assalto o Estado brasileiro.

Assim, três categorias são centrais neste debate: educação, democracia e poder popular. Evidentemente, tentaremos abordá-las em suas imbricações dialéticas, em perspectiva histórica.

Sobre a questão da “democracia”, estamos de acordo com Virgínia Fontes (2012), quando afirma que o conceito não pode ser definido de maneira isolada das demais condições socioeconômicas e culturais que organizam a vida social. Se considerarmos o conceito como a estrutura social cuja esfera pública permite que a população participe de forma ativa por meio de “reivindicações” a partir da demanda objetiva de cada segmento, compreendemos que assim estão compreendidas as lutas dos subalternos pela democratização permanente, isto é, pela realização concreta das aspirações à liberdade e à igualdade. Por exemplo, a luta pela Educação do Campo se inscreve nessa perspectiva de experiências históricas de democratização circunscritas ao conjunto de relações sociais das quais emergem.

Todavia, o conceito sempre nos remete, como quase toda a literatura sobre o assunto, à clássica localização histórica da experiência grega como o lugar de nascimento do “governo do povo”. Há de se levar em conta que Atenas, como cidade-estado, era predominante agrícola, controlada por uma aristocracia agrária que assentava as relações sociais de produção sob o regime escravista opondo grandes e pequenos proprietários. Conforme Fontes, a “origem ateniense da democracia remete, portanto, à luta entre pequenos camponeses e grandes

proprietários de terras” (2012, p. 194). Era a luta dos camponeses pelo direito à cidadania, isto é, o direito de também decidir sobre os destinos da pólis. Circunscrita ao seu tempo histórico-político, portanto, Atenas não poderia ser tomada como modelo, mas podemos dela extrair lições da experiência.

O processo brasileiro de formação social construiu uma experiência de democracia calcada em contradições estruturais a partir do momento em que o sistema político passa a se estruturar nos moldes dos sistemas modernos europeus, fundamentados nos ideais liberais de Igualdade, Liberdade, Fraternidade e Propriedade, consolidados após a Revolução Francesa (1789), porém com o motor da economia sustentado pelo sistema escravocrata. No século XX, com a conquista do sufrágio universal, a classe trabalhadora pôde exercer o direito do voto, mas o sistema da democracia representativa, que garante ao indivíduo o direito de exercer pelo voto sua participação política, mostrou-se facilmente permeável a jogos de interesses corporativos, de grupos com domínio econômico que exercem poder de influência pela mídia e nos três poderes da República, Legislativo, Executivo e Judiciário. De modo que o direito da classe trabalhadora brasileira à participação política é bastante restrito se considerarmos, por exemplo, a diminuta representação de setores de trabalhadores no Congresso Nacional.

Educação do Campo e democracia

No aspecto da Educação do Campo, é Roseli Caldart (2012) quem nos dá a dimensão exata do sentido de democracia como prática social em processo de constituição histórica. Entre as várias características apontadas por Caldart, destacamos a Educação do Campo como

[...] uma luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido [...] combina a luta pela educação com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território (CALDART, 2012).

A trajetória de luta dos movimentos sociais agrários pela Educação do Campo resultou em diversificada e original reconfiguração do ensino brasileiro, embora ainda insuficiente em escala. Desde a educação infantil, passando pela educação de jovens e adultos até o nível superior, atualmente há experiências concretas que buscam retomar o caráter emancipatório da educação e sua relação metabólica com os territórios onde esses processos educativos estão inseridos.

Construída como síntese de classe pelo campesinato brasileiro, a Educação do Campo superou a educação rural ao negar o campo como objeto de ações educativas, recolocando-o como sujeito não apenas da implantação de políticas educacionais, mas como elaborador da própria concepção de educação. Assim, esta assume seu papel na construção da consciência de classe dos camponeses e no domínio dos meios de produção materiais e simbólicos, socializando-os nos inúmeros territórios em que esse processo é deflagrado.

O “Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo”

Entendemos que, para além de socializar o que foi agregado no curso de especialização “Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo” em específico, cabe avançar na análise e compreensão dos elementos que podem se somar a esse processo de *lavrar* as terras da academia, construindo um saber antissistêmico que potencialize os processos emancipatórios. Relembrando os aportes de Caldart ao tratar da pedagogia do MST, o princípio da Pedagogia da Terra é “a mistura do cultivo do ser humano com o cultivo da terra, com o trabalho e a produção. A terra de cultivo é também terra que educa quem nela trabalha” (2004, p. 352). Essa educação não fica apenas com os educandos, mas oxigena a própria universidade e os espaços institucionais.

O curso “Matrizes produtivas da vida no campo: formação em cooperação, agroecologia e cultura com ênfase na organização social” foi fruto da demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Distrito Federal e Entorno, junto com o grupo de pesquisa Modos de Pro-

dução e Antagonismos Sociais (MPAS). Realizou-se na Faculdade da UnB em Planaltina, *campus* com forte característica agrária, por abrigar os cursos de graduação Licenciatura em Educação do Campo, Gestão Ambiental e Gestão do Agronegócio, e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader).

Essa demanda advém da necessidade de compreender os territórios em uma região com especificidades marcantes: proximidade com a capital nacional, região de interseção entre três unidades federativas (Distrito Federal, parte de Goiás e parte de Minas Gerais, região sob influência da Superintendência Regional 28 do Incra), base social originária de grandes fluxos migratórios e com forte vinculação urbana. Pensar as condições materiais e simbólicas desse (novo) campesinato e desses territórios conquistados demanda inserção na realidade, pesquisa e reflexão teórica e política, o que seria possível a partir da parceria entre o movimento social e a universidade. Somou-se também à implantação do curso a Escola Nacional Florestan Fernandes do Centro-Oeste, com contribuições pedagógicas e metodológicas doravante apresentadas.

O curso parte da premissa de que a vida no campo, devido ao metabolismo ser humano-natureza imanente, constrói o ser humano em diferentes dimensões, econômica, política e cultural. São dimensões decisivas na construção de uma consciência coletiva de classe e de metabolismo socioecológico, e por isso mesmo são também alvos prioritários da investida do capital na agricultura.

Outro elemento importante a destacar é o aprofundamento do princípio da alternância como chave para o exercício da práxis para @s educand@s², mas também para o próprio movimento do curso. Os territórios nutrem os tempos de formulação teórica e por isso devem estar no centro da Educação do Campo, o que nos parece mais urgente ainda em cursos de formação profissional. Assim como Oliveira (1999), entendemos que

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de

²O símbolo "@" é usado aqui como forma de identificar os sujeitos dos dois gêneros.

produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. O território é assim produto concreto de luta de classe travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 75).

Algumas modificações, como uma organicidade específica para o Tempo Comunidade, que denominamos Núcleos Territoriais (NTs), doravante detalhados, resultaram em férteis processos de formação e intervenção na realidade a partir do curso, sendo necessário reconhecer os limites desses processos, na medida em que o caráter pontual e não permanente desses cursos faz com que o processo seja interrompido quando deveria ser intensificado.

Nossa perspectiva com o curso era compreender e intervir sobre múltiplos determinantes da realidade dos territórios camponeses onde estivessem inseridos educandos e educandas. Desse modo, compreendemos que a relação ser humano-natureza mediada pelo trabalho produz a vida como totalidade e conseqüentemente produz os territórios em suas relações de poder, condições materiais e dimensões simbólicas. Não caberia, portanto, uma perspectiva de análise e intervenção fundada somente na dimensão agrícola, mesmo que sob bases epistemológicas da agroecologia. Identificar os meios de produção e seu grau de socialização, o manejo dos agroecossistemas, a interferência do modelo tecnoprodutivo da Revolução Verde e as inovações propostas pelos sujeitos políticos é decisivo, mas não suficiente.

Foi necessária a articulação dessa primeira dimensão com pelo menos duas outras. Uma delas diz respeito às formas organizativas das famílias, tendo por referência a cooperação dos produtores de forma associada em seus diferentes níveis (desde os mutirões e trocas de serviços até a cooperação no manejo dos meios de produção, áreas produtivas coletivas e formas associadas de comercialização). A materialidade de tais relações é determinante da consciência coletiva sobre o território e seu uso, mesmo que sob diferentes bases técnicas e produtivas.

A dimensão simbólica expressa como cultura é igualmente determinante na análise e na intervenção dessas realidades. Como nos aponta Molina (2009), ao tratar da Educação do Campo, "sua base de sustentação

é que o campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é espaço de vida, de produção de relações sociais; de produção de história, cultura e conhecimento, de luta de resistência dos sujeitos que nele vivem” (p. 18). As contradições (internas e externas) do movimento da realidade engendram a cultura de cada território, ao mesmo tempo que a compreensão dessas contradições é base para a utilização dos meios de produção simbólicos como ação contra-hegemônica de reconstrução de uma cultura a partir da classe.

É por isso que um dos objetivos centrais do curso foi qualificar profissionais que atuam nas áreas de assistência técnica de cooperativas de produção de assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas, educadores das escolas do campo e líderes comunitários que atuam nos processos de organização social das comunidades camponesas existentes em territórios do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse complexo territorial é claramente demarcado pelo avanço do projeto do agronegócio, um modelo agrícola incompatível com a existência do campesinato. Portanto, uma das estratégias do curso foi, por meio da produção do conhecimento, da pesquisa e de práticas pedagógicas, fortalecer a organização social nos territórios de alcance dos educandos.

Destacamos que o curso, como parte do modelo pedagógico e formativo, foi estruturado a partir de três eixos de formação: um de “Formação, Pesquisa e Cooperação” (270 horas), tronco comum para toda a turma, e dois outros configurados como habilitações (“Agroecologia e Organização de Assentamentos”, 240 horas, e “Cultura, Arte e Comunicação”, 240 horas), com os componentes curriculares ministrados em paralelo. Portanto, a composição curricular do curso se estruturou tomando como base esses três eixos, que necessariamente dialogam entre si nos territórios e no espaço universitário, sendo uma das preocupações centrais do curso a promoção da tomada de consciência da importância dos elos entre essas dimensões para construir matrizes produtivas da vida no campo em perspectiva emancipatória. Nesse sentido, o curso contemplou espaços de aprofundamento para cada eixo de habilitação, mas também incentivou a criação de momentos específicos que procuraram o diálogo entre os três eixos que compunham a proposta.

A aposta na formação política

No que diz respeito ao primeiro eixo, de “Formação, Pesquisa e Cooperação”, partiu-se do entendimento de que a educação política é fundamental para a formação de novos sujeitos sociais. Foi uma estratégia que se vinculou à perspectiva geral do curso, visando mobilizar a reflexão crítica para a formulação de ações que articulassem processos formativos e organizativos na esfera da produção agrícola, com vistas à soberania alimentar por meio da matriz agroecológica, à organização cooperativa do trabalho no campo e à esfera da cultura, arte e comunicação, visando à formação cognitiva no âmbito da produção simbólica. Ao articular a formação política com a pesquisa e a cooperação, o curso propiciou, por intermédio desse eixo, sustentar que a busca do conhecimento decorrente dos momentos de formação teórico-política não está dissociada do trabalho continuado com as comunidades e com os movimentos sociais.

Assim, por meio do eixo comum, procurou-se subsidiar os outros dois de habilitação, para que pudessem “ferrar seu chão” de ações teórico-práticas para compreender e analisar como funciona a sociedade e, portanto, seus determinantes políticos, culturais, territoriais, históricos e humanos.

A ênfase na agroecologia

O segundo eixo, “Agroecologia e Organização de Assentamentos”, esteve focado em três linhas congruentes de ação: 1) análise da realidade produtiva e tecnológica existente nos territórios camponeses; 2) manejo dos agroecossistemas e 3) sistemas de beneficiamento, agroindustrialização e comercialização. Partindo das condições objetivas (e das subjetivas abordadas no primeiro e no terceiro eixo), as educandas e os educandos deveriam ser agentes promotores do desenvolvimento produtivo dos territórios.

A compreensão da agricultura como um complexo de agroecossistemas a partir de uma perspectiva racional depende da análise de múltiplos determinantes históricos humanos e naturais que interagem de forma dialética na con-

formação de sistemas agrários específicos organizados pelo campesinato com a mediação do trabalho. O trabalho do agroecologista não pode começar de um plano ideal, de uma proposta construída em gabinetes acadêmicos ou de assistência técnica, mas sim a partir das necessidades concretas da produção camponesa. Esse referencial metodológico fez-se presente em todas as disciplinas do eixo, tendo claro que é a partir de uma metodologia dialógica e de um ferramental técnico consistente que as educandas e os educandos podem construir intervenções na realidade de forma participativa, com perspectiva de organização dos assentamentos e de transição agroecológica.

A mudança da matriz tecnológica utilizada pelo campesinato tendo como perspectiva a agroecologia demanda um intenso processo de articulação entre saberes tradicionais e desenvolvimento científico moderno. Em um curso de especialização que buscou o exercício da compreensão da totalidade não cabe o aprofundamento em uma ou em outra linha tecnológica específica. Entendemos que, diferentemente disso, as educandas e os educandos deveriam apreender as bases da agroecologia, com elementos sobre manejo de solos, o desenvolvimento das plantas e o manejo animal para, a partir das demandas concretas da realidade onde estão inseridos, poderem desenvolver formas complexas de organização dos agroecossistemas.

A construção da agroecologia nesses territórios não depende, todavia, apenas de questões tecnológicas. A reprodução social do campesinato é estritamente relacionada à manutenção de um metabolismo ecológico do território, mas também de um metabolismo social, que na sociedade capitalista é mediado pelo dinheiro e pela troca de mercadorias. Assim, o curso aborda elementos de agregação de valor dos produtos a serem comercializados, possibilitando maior tempo de estocagem, maior distância atendida e maior rentabilidade da produção. Questões como o sistema de vigilância sanitária, sistemas horizontais de certificação agroecológica, agroindustrial e comercialização de produtos agroecológicos em mercados convencionais ou institucionais são componentes curriculares que visam qualificar os educandos em processos elaborados de beneficiamento e comercialização.

A resistência cultural nos territórios

Por último, o eixo “Cultura, Arte e Comunicação” teve como objetivo aprofundar de forma teórico-prática os meios de produção cultural como forma de representação da realidade a partir das linguagens do teatro, da literatura e do audiovisual na interface com a Educação do Campo, a fim de subsidiar o entendimento dos impactos causados pelo Agronegócio e pela Indústria Cultural no tocante à organização do trabalho camponês e do tempo livre para o lazer e a cultura.

O objetivo foi municiar os residentes para a sistematização e elaboração de conhecimentos no âmbito da cultura, da arte e da comunicação demandados pelas classes populares, pelos movimentos sociais do campo e quilombolas. Além disso, pretendeu-se apoiar o fomento, o desenvolvimento e a consolidação das diversas manifestações culturais mediante coletivos de cultura nos diferentes territórios para produção e difusão dos bens culturais e sistematização das culturas populares presentes no território.

Para além da análise e intervenção nos territórios, essa articulação entre as diferentes dimensões da vida no campo buscou, a partir das ações no Tempo Comunidade, como mais adiante será detalhado, trabalhar a superação da ruptura campo-cidade. Forjada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, essa separação antimetabólica entre o rural e o urbano impõe retrocessos políticos na articulação entre campesinato e classe trabalhadora urbana, mas também é *locus* favorável para o avanço da hegemonia capitalista como, por exemplo, toda a retórica simbólica construída pelo agronegócio como provedor de alimentos para a população de maneira geral.

Ao articular a produção de alimentos a partir de bases materiais e simbólicas antissistêmicas, os sujeitos dos territórios camponeses dão passos decisivos na retomada de sua autonomia relativa e na consolidação de sua reprodução social. Porém, falta a conexão dessa produção com a cidade, transformando o alimento em elo portador de novos pressupostos civilizatórios. Não é mais a mensagem de um campo atrasado e arcaico, mas sim de um território de produção de vida em plenitude, mensagem que necessita tanto de canais objetivos

de chegada à cidade (via alimentação escolar, feiras e outros circuitos curtos de comercialização) quanto subjetivos (intervenções teatrais, radiofônicas e audiovisuais concomitantes com a entrega dos alimentos, por exemplo).

Aqui parece-nos residir todo o potencial da luta por soberania alimentar, não como desenvolvimento autárquico do campesinato, mas como reconexão do poder de decisão das classes subalternas no campo e na cidade. Essa experimentação de um sistema de vida *por vir* é central para a construção de um projeto popular contra-hegemônico autêntico que supere os fisiologismos e concessões que historicamente comprometeram o papel histórico-político tanto dos segmentos urbanos quanto dos camponeses.

Além disso, nas avaliações posteriores ao curso, como parte do balanço dos aprendizados, é importante destacar que esse sistema/projeto proporcionou um ambiente educativo fundamentado nos valores e compromissos com a construção do poder popular, da consciência de classe, da participação efetiva, da solidariedade, da cooperação, da valorização da diversidade, da igualdade de gênero e etnia, do respeito mútuo, do aprendizado individual e coletivo. Tal ambiente por si só justifica a necessidade de se continuar a fortalecer processos formativos que recriem esses valores, dificilmente encontrados nos ambientes em que a produção da vida e da existência estejam dissociados da produção do conhecimento.

Alternância e organicidade nos territórios: duas chaves do processo pedagógico

Uma das principais características dos programas de formação impulsionados pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea) é a adoção da metodologia do sistema da alternância³ como forma de organização dos cursos em etapas que alternam e articulam de forma dialógica dois tempos/espacos educativos. Há o Tempo Universidade (TU), aquele no qual @s educand@s se concentram e permanecem durante um tempo determinado (varia em função dos cursos, mas normalmente não inferior a uma semana) na estrutura da escola ou da universidade para estudar em tempo integral, e o Tempo Comunidade (TC), em que @s estudantes cumprem parte da carga horária das disciplinas das etapas, desenvolvendo os trabalhos teóricos e práticos em sua comunidade de origem ou território de inserção.

Dessa forma, a alternância possibilita construir os cursos a partir das demandas dos coletivos, comunidades e organizações sociais presentes no território e aos quais as educandas e os educandos estão vinculados previamente ou não. De outro lado, a alternância possibilita também o trabalho conjunto entre a universidade e diferentes realidades territoriais (por vezes, distantes espacialmente), instituições e organizações sociais, sem desenraizar os residentes do trabalho ou processo organizativo do qual fazem parte, pelo contrário, instigando e qualificando a atuação em seus territórios. Tal como assinala Molina (2009), diferentemente da ideia de um curso de espe-

³A adoção do sistema de alternância responde a um processo de acúmulo e experimentação coletivos, inspirado em experiências educativas que adotaram a alternância de tempos e espaços educativos como articulação entre escolarização e trabalho. Tal como assinala Ribeiro (2008) para uma aproximação historiográfica, há “a síntese histórica de experiências – tanto francesas quanto italianas e africanas feita por Chartier (1986), Silva (2003), Nosella (1977), e os estudos sobre as experiências brasileiras de CFRs [Casas Famílias Rurais] e EFAs [Escolas Família Agrícola], feitos por Nosella (1977), Pessotti (1978), Begnami (2003), Silva (2003) e Estevam (2003)” (p. 32). Faz-se necessário, como aponta a autora, diferenciar essas experiências da apropriação e elaboração dessa pedagogia por diferentes organizações do campo no Brasil, com destaque para a concepção e prática da alternância desenvolvida pelo MST, mais concretamente nos acúmulos e reflexões desenvolvidos a respeito do sistema de alternância a partir das experiências do do Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) e da ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes).

cialização comum, o próprio nome do Programa Residência Agrária enfatiza a perspectiva de inserção e permanência dos estudantes universitários por longos períodos nos assentamentos e áreas de Reforma Agrária. Para Miche-
lotti (2012), daí decorre a opção pela formação em alternância de tempos e espaços no Programa Residência Agrária:

Na alternância de tempos e espaços, busca-se tomar a realidade do campo como ponto de partida, identificando-a com base em diagnósticos e diálogos, dos quais emergem as questões fundamentais para o estudo aprofundado ao longo do curso e para o confronto com a abstração teórica e com a experimentação. Isso gera conhecimentos novos que, por serem fragmentados e específicos, só podem fazer sentido se, num movimento de síntese, forem permanentemente confrontados com a realidade do campo e de seus sujeitos – que são, portanto, não apenas ponto de partida, mas também ponto de chegada desse movimento dialético da construção do conhecimento (p. 684-685).

Assim, no curso “Matrizes Produtivas da Vida no Campo” o princípio da alternância é entendido como chave para o exercício da práxis para os residentes, mas também para o próprio movimento do curso. Os territórios têm papel central no desenvolvimento do curso, por isso o foco central do curso analisado foram as ações desenvolvidas nas etapas de Tempo Comunidade (TC), entendendo que as etapas de Tempo Universidade (TU) são um elemento mediador entre as etapas de TC. Dessa forma, os TUs são espaços destinados à avaliação, planejamento e formação dos residentes, e os TCs são espaços para que os estudantes aprofundem o conhecimento da realidade em que vão atuar, para identificar e analisar problemas e planejar propostas de intervenção, a fim de solucionar ou aprimorar as situações presentes nos territórios.

Desde nosso entendimento, essa compreensão evidencia que a alternância não está dada, ela se produz no próprio movimento do curso e da realidade concreta na qual atuam as educandas e os educandos, dando-se um processo complexo e único em que a relação dos diversos elementos colocados em movimento e suas contradições intervém na formação dos sujeitos envolvidos no processo.

No curso foram empreendidos diversos esforços, mesmo com limita-

ções, para efetivar de diferentes formas a articulação dialética entre os TUs e TCs, e para garantir o acompanhamento pedagógico dos processos nos territórios, tanto por parte da equipe de Coordenação Político-Pedagógica (CPP) como pela parte do corpo docente envolvido nos processos pedagógicos vinculados com a realidade social, ambiental e do trabalho dos residentes nos assentamentos e/ou comunidades.

É necessário destacar que a proposta pedagógica do Residência Agrária da UnB foi construída e desenvolvida em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Isso aportou um grande ganho pedagógico para o curso, incorporando como elementos centrais o trabalho como princípio pedagógico, o sistema da alternância (Tempo Comunidade e Tempo Universidade) e a organicidade (engenharia organizativa que articula instâncias, atribuições e fluxos de decisões, permitindo que os educandos sejam sujeitos da própria formação).

Nessa perspectiva, avaliamos ser importante destacar como desenvolvemos a alternância, ressaltando dois dos elementos que caracterizam o nosso curso e que, em nosso entendimento, são fundamentais para construir a articulação entre TU e TC: os Seminários Integradores e a adoção de uma organicidade específica para os TCs, que chamamos de Núcleos Territoriais (NTs), os quais resultaram em férteis processos de formação e intervenção na realidade.

O curso desenvolveu o sistema de alternância em cinco ciclos de Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), complementares entre si. Dessa forma, os espaços de formação do Tempo Universidade são organizados em cinco etapas com duração de 15 dias e um intervalo variável (entre 4 e 6 meses) entre elas, em que ocorre o Tempo Comunidade. O encerramento do curso ocorreu com a realização de uma sexta etapa de TU em junho de 2015, dedicada às bancas de apresentação e defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Os TUs foram realizados em Brasília, na Faculdade UnB/Planaltina (FUP), e contemplaram a execução de todas as atividades pedagógicas atribuídas aos conhecimentos inerentes à matriz curricular, colocando em prática a transversalidade cultural, ambiental, econômica, social e educativa da Reforma

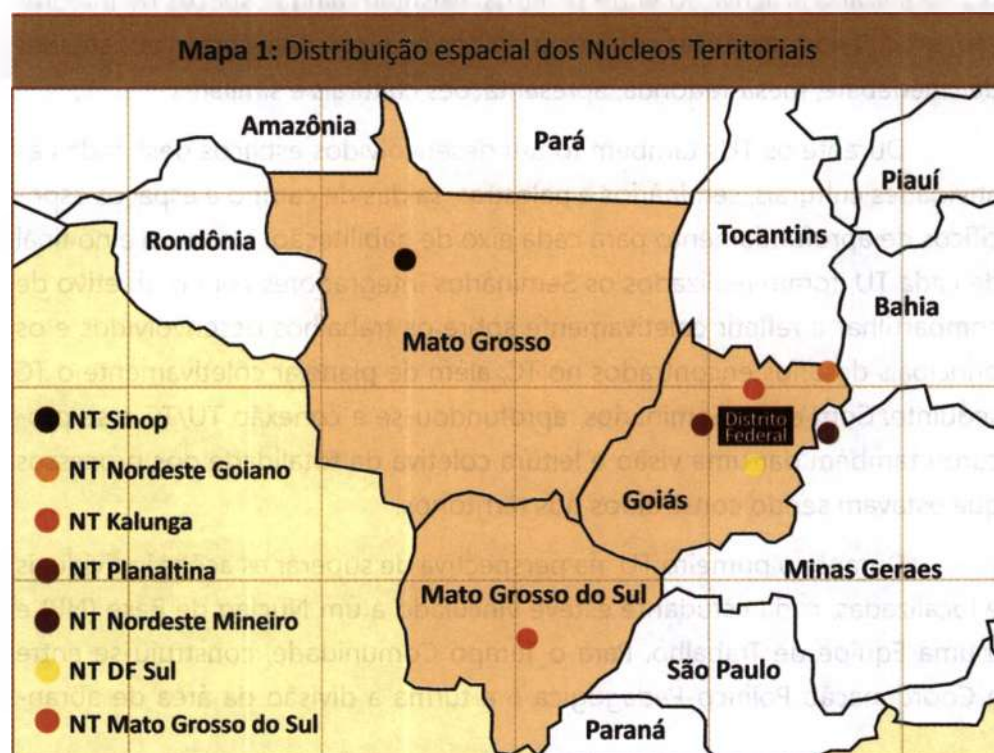
Agrária. Dessa forma, cada etapa de TU esteve estruturada em vários Tempos Educativos⁴ que visavam organizar o tempo pessoal e o tempo coletivo dos estudantes em relação às tarefas necessárias aos objetivos do processo formativo pretendido, tanto na dimensão acadêmica quanto na perspectiva de potencializar a auto-organização dos residentes. Os tempos educativos foram: Tempo Abertura e Mística (15 minutos), Tempo Estudo (destinado à leitura e estudo de textos), Tempo Aula (8 horas) e Tempo Trabalho (1 hora), destinado à realização de tarefas e serviços necessários à manutenção dos espaços coletivos e para o adequado funcionamento do curso. Com a intencionalidade de potencializar a articulação entre os eixos, existiram ainda espaços de integração, articulando temáticas comuns a ambos os eixos, compostos por sessões de cinedebate, mesa-redonda, apresentações culturais e similares.

Durante os TUs também foram desenvolvidos espaços destinados às atividades culturais, seminários e palestras, saídas de campo e espaços específicos de aprofundamento para cada eixo de habilitação. No início e no final de cada TU, foram realizados os Seminários Integradores com o objetivo de compartilhar e refletir coletivamente sobre os trabalhos desenvolvidos e os principais desafios encontrados no TC, além de planejar coletivamente o TC seguinte. Com esses Seminários, aprofundou-se a conexão TU/TC e se procurou também dar uma visão e leitura coletiva da totalidade dos processos que estavam sendo construídos nos territórios.

Durante o primeiro TU, na perspectiva de superar as ações individuais e localizadas, cada estudante esteve vinculado a um Núcleo de Base (NB) e a uma Equipe de Trabalho. Para o Tempo Comunidade, construiu-se entre a Coordenação Político-Pedagógica e a turma a divisão da área de abran-

⁴Os tempos educativos são uma construção histórica do MST, a partir de suas inúmeras experiências de formação e educação. Segundo Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) (2004), “os tempos educativos nascem para reforçar dois princípios importantes de nossa [MST] pedagogia: i) um é a necessidade de mudar a existência dos educandos (seu jeito de viver e de perceber o mundo) criando assim uma abertura para o questionamento e a busca de uma nova síntese (...); ii) o outro é de que a escola não é só lugar de estudo, e menos ainda aonde se vai apenas para ter aulas, por melhor que sejam. (...) [é também] um lugar de formação humana e, por isso, as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhadas pedagogicamente” (p. 14). Esse acúmulo metodológico é um dos principais aportes da ENFF em sua parceria com o curso objeto deste trabalho.

gência do curso e a organização dos estudantes em coletivos de atuação para os quatro TCs, resultando em uma forma organizativa própria dos TCs, os Núcleos Territoriais (NTs). Ao todo, como representados no Mapa 1, foram constituídos 7 NTs, a saber: Núcleo Territorial Planaltina (DF: Planaltina, Sobradinho, São Sebastião; Goiás: Água Fria); Núcleo Territorial DF Sul (DF: Brazlândia, Taguatinga; Goiás: Padre Bernardo); Núcleo Territorial Nordeste Goiano (Goiás: Flores, Alvorada, Formosa); Núcleo Territorial DF/MG (Unai/MG); Núcleo Territorial Kalunga (Cavalcante/GO); Núcleo Territorial Mato Grosso (Sinop); Núcleo Territorial Mato Grosso do Sul (Ponta Porã).

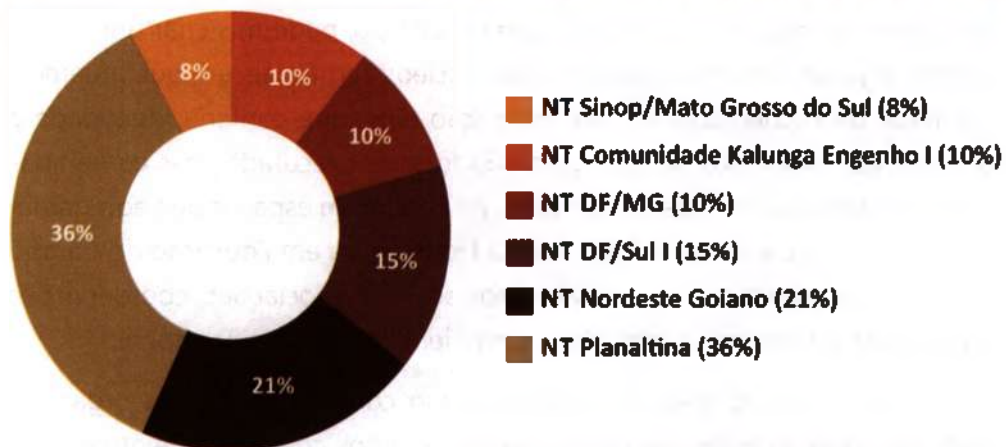


Fonte: Elaborado pela Coordenação Político-Pedagógica do curso.

Cada NT estava composto de um número diferente de estudantes. Conforme aponta o Gráfico 1, podemos comprovar que os NTs mais próximos à Faculdade UnB Planaltina, onde ocorrem os TUs, são os NTs que agregam maior número de estudantes: NT Planaltina (14 estudantes), seguido pelo NT Nordeste Goiano (9 estudantes), NT DF Sul (6 estudantes), NT

Kalunga (4 estudantes), NT DF/MG (3 estudantes), NT Sinop (2 estudantes) e NT Mato Grosso do Sul-Ponta Porã (1 estudante).

Gráfico 1 - Distribuição dos estudantes do Residência Agrária – FUP/UnB por Núcleo Territorial



Fonte: Elaborado pela Coordenação Político-Pedagógica do curso.

Desde o momento de formulação da proposta do curso, uma das principais preocupações da equipe de coordenação política e pedagógica diz respeito à inserção das atividades do curso nos territórios camponeses e nas organizações sociais a eles vinculadas. Havia também a preocupação com a durabilidade das ações, evitando as ações pontuais, sem perspectiva de acumulação e continuidade.

Tendo isso em vista, o primeiro trabalho dos NTs foi a construção, ao longo do primeiro TC, de um diagnóstico desses territórios, contendo várias informações necessárias para a compreensão aprofundada das realidades locais e regionais capazes de subsidiar a construção dos planejamentos de ações com os métodos e táticas de intervenção. A socialização do diagnóstico territorial dos NTs durante o Seminário integrador do TU II proporcionou informações consistentes que permitiram elaborar durante o TU II as pro-

postas de intervenção na realidade que seriam desenvolvidas ao longo do TC II. Nesse processo, ocorreu um salto de qualidade decisivo: a definição pela criação de Escolas Itinerantes de Formação (EIFs) em cada NT.

Ao colocarmos o planejamento em ação, contando com o acúmulo da ENFF, a pluralidade de formações no âmbito da graduação dos residentes e a experiência prévia da maior parte dos integrantes da turma em trabalhos de assistência técnica ou com a Educação do Campo, pudemos criar um instrumento organizativo articulado aos oito Núcleos Territoriais em que atuamos, chamado de Escola Itinerante de Formação (EIF), que conferiu identidade e unidade aos processos de formação não formais executados nas comunidades e movimentos do mesmo território. As EIFs foram espaços que agregaram os residentes agrários, os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UnB e as lideranças dos movimentos sociais, associações, coordenações das escolas do campo construídas no ambiente do Núcleo Territorial.

As EIFs se apresentaram no processo como instrumentos organizativos com grande potencial agregador dos sujeitos coletivos que atuam nos territórios e também como um instrumento organizativo capaz de colocar em diálogo os três eixos que conformaram a proposta. Para construir esse diálogo entre os eixos, os residentes planejaram e desenvolveram atividades vinculadas às EIFs: a) ações por meio de linguagens do teatro, da literatura e do cinema, com o intuito de aprofundar nas comunidades o entendimento dos impactos causados pelo agronegócio e pela indústria cultural no tocante à organização do trabalho camponês e do tempo livre para o lazer e a cultura; b) a implementação de diferentes Unidades Demonstrativas (UDs) de produção agroecológica, abordando soluções tecnológicas que respondam aos gargalos identificados nos diagnósticos anteriores, nos processos formativos com os diferentes sujeitos sociais como a juventude, as mulheres, na formação de lideranças comunitárias e da base social das organizações políticas.

O que procuramos desenvolver com a metodologia de formação que empreendemos no decorrer do curso com a turma Marias da Terra⁵ foi o

⁵Nome escolhido pelas próprias educandas e educandos, fruto de um forte processo de construção coletiva da importância do feminismo para a construção do poder popular.

fortalecimento da organização social nos territórios dos Núcleos Territoriais, visando ao prolongamento das ações de formação política, cultural e técnica para além do curso, por meio das EIFs. O objetivo que nos guiou foi o de construir um modelo de participação política e de produção de conhecimento que contribuísse para o fortalecimento da organização social camponesa, visando à ampliação da participação do protagonismo desse segmento na vida política local, regional e nacional como meio de construção de formas democráticas participativas a partir da construção do efetivo poder popular.

Considerações finais

A iniciativa de criação das EIFs nos fez perceber que deveríamos progressivamente mover a centralidade do curso para fora da universidade, fazendo com que as etapas de TU não fossem mais o ponto de convergência central das ações no território. Esse movimento pedagógico e metodológico do curso motivou vários desdobramentos que não estavam previstos no projeto inicial e que puderam conferir identidade própria e uma repercussão do curso para fora da UnB. Esses desdobramentos, mesmo sendo iniciados desde as primeiras etapas do curso, foram ganhando força ao longo do curso.

Temos plena consciência de que a autonomia no processo de formação depende sobremaneira da força combativa das organizações sociais existentes nos territórios e da capacidade de convergência de seus planejamentos estratégicos. Contudo, a experiência de construção das EIFs mostra que há formas possíveis de impulsionar e fortalecer a organização política dos territórios mesmo quando não existe a presença mais forte dos movimentos sociais para organizar as comunidades. Avaliamos que o maior legado das EIFs é esse, junto com a cultura política que o curso possa ter instituído como princípio, ao priorizar o protagonismo coletivo voltado para as demandas dos territórios e comunidades.

Temos elementos para considerar que o caminho apontado pelo curso pode pavimentar uma trilha produtiva para a relação entre universidades

e movimentos sociais que atuam no campo e em comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais. O primeiro indício é que um dos dois cursos de Residência Jovem que a UnB passou a executar desde 2015 assumiu toda a metodologia desenvolvida por nosso curso de especialização. O projeto Residência Agrária Jovem, formação profissional e social a partir das matrizes formativas, associativas, cooperativas, artístico-culturais e da comunicação no campo, coordenado pela professora Eliene Novaes Rocha, foi estruturado, desde a fase do desenho do projeto, conjuntamente com os movimentos sociais do campo que atuam na região, criando um fórum original e produtivo de avaliação e planejamento estratégico. Trata-se de um conjunto desses movimentos em que a universidade assume o papel não apenas de executora de projetos de um ou outro movimento, mas de mediadora do diálogo convergente das demandas de diversas organizações, fortalecendo com isso a perspectiva de poder popular nos territórios, na medida em que fornece condições objetivas para realização de atividades de formação, pesquisa e intervenção, deslocando o centro do processo para os territórios dos movimentos sociais.

Cabe destacar que não é pequeno esse avanço na qualidade política da relação entre universidade e movimentos sociais, se pensarmos que até há pouco tempo o que ocorria era a decisão de concorrer aos projetos por parte de um pequeno núcleo de professores nas universidades, que procuravam os movimentos apenas para apresentar os objetivos e metodologia de projetos já redigidos, com interesse em conseguir as cartas de manifestação de interesse dos movimentos pelos projetos, uma vez que esse é um dos critérios de avaliação do manual de operações do Pronera.

A consolidação de um processo de transformação da cultura política da relação entre movimentos sociais e universidades depende não apenas dos acertos conjunturais, mas sobretudo da garantia de continuidade do processo por meio do financiamento de novas experiências, subsidiando o desenvolvimento de novas metodologias e de novas concepções sobre a relação entre universidade e movimentos sociais.

Referências

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Educação do Campo. In: _____. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012.

FONTES, V. Democracia. In: CALDART, R. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular / Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA - ITERRA. Método Pedagógico. **Cadernos do Iterra**, ano IV, n. 09 jul. 2004.

MICHELOTTI, F. Residência Agrária. In: CALDART, R. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C. Residência Agrária: concepções e estratégias. In: _____. et al. (Orgs.). **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009, p. 17-28.

OLIVEIRA, A. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo: v.34, n.1, p. 27-45, jan/abr. 2008.

Quadro 1: RELAÇÃO DE PESQUISAS MONOGRÁFICAS DEFENDIDAS NO CURSO

Nome do/a Educando/a Orientador (a)	Título do Projeto
Rosmeri Witcel Prof. Lufs Antonio Pasquetti	A formação política como uma necessidade orgânica: experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)
Nuria Renata Alves do Nascimento Prof. Lufs Antonio Pasquetti	As relações de cooperação e conflitos na organização social Kalunga
Fabio Ramos Nunes Prof. Manoel de Andrade	A Política Pública de ATER no DF e Entorno: uma análise sobre a experiência de atuação da COOPERAR, apontando as dificuldades e potencialidades
Francis Barbosa Rocha Prof. Manoel de Andrade	Potencialidades e limites das feira-livres para a comercialização de produtos da Reforma Agrária em Unai-MG
Ivaldete de Souza Correa Prof.ª Tânia Cruz	O papel da mulher nas lutas sociais do campo e na constituição das famílias na comunidade Itaúna
Suelen Gonçalves dos Anjos Prof. Marco Antonio Baratto	Educação popular uma pedagogia para o trabalho de base: experiências possíveis nos assentamentos de Unai-MG
Adriana Fernandes Souza Prof. Marco Antonio Baratto	Mulheres da Reforma Agrária do assentamento Pequeno Willian: vida com qualidade e dignidade, utilizando práticas agroecológicas
Wesley Júnior de Andrade Prof. Marco Antonio Baratto	Estudo de caso das ações desenvolvidas pela EIF – Zé Porfírio no município de Flores de Goiás- GO
Lucas Lemos da Silva Prof. Rafael Villas Bôas	A cultura política lulista
Keyla Morales de Lima Prof. Rafael Villas Bôas	Cultura e subjetividade na organização política das mulheres da comunidade Wesley Manoel dos Santos
Rosileide Rocha de Souza Costa Prof.ª Rosineide Magalhães	Hegemonia e contra hegemonia: agricultura familiar
Priscila Gomes Pereira Prof.ª Rosineide Magalhães	Cultura/Indústria Cultural. A importância de se trabalhar a pluralidade cultural no cotidiano escolar tendo como referência a cultura local

Tauanna Faleiro Barros Prof. Flavio Costa	Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Desafios para implementação da PNATER no DF
Erica Campos Ribeiro Prof. Marcelo Gastal	Caracterização do funcionamento dos sistemas de produção em 10 assentamentos de Reforma Agrária de Unaí (MG)
Gideão Gomes Pereira Prof. Felipe Canova	Articulação entre agronegócio e indústria cultural: análise fílmica de peças publicitárias
Pedro Felipe de Sousa Magalhães Prof.ª Eliete Wolff	Olhar subjetivo - retrato camponês
Rosana Maria Breiei Neddeck Prof. João Batista Queiroz	A formação dos educadores - um elemento articulador das práticas escolares e a vida campesina no C.M.I.E.C. Valmor Copati
Aldenora Pimentel Batista da Silva Prof.ª Mônica Celeida	Os desafios e possibilidades para se abordar a temática indígena em sala de aula
Luzilene Barbosa de Jesus Prof.ª Joelma Rodrigues	Cultura e memória no cultivo de plantas medicinais na comunidade Itaúna
Gleciene C. dos Santos Machado Prof. Rafael Villas Bôas	Agronegócio como redefinição da hegemonia no tempo e no espaço
Raquel de Paula Sant'ana Prof.ª Joelma Rodrigues	A questão quilombola à luz do direito e da cultura: a implementação ou ausência de políticas públicas dentro da comunidade do Engenho II
Catiucia Rodrigues Neres Prof. Vicente Borges	Coturnicultura orgânica como alternativa de renda e contribuição para permanência no campo dos acampados e assentados da Reforma Agrária do DF
Charlotte Emanuele da Silva Sousa Prof. Vicente Borges	A formação da consciência política a partir do trabalho teatral com jovens Kalunga
Fabiane Prado Silveira Prof. Vicente Borges	Jardim de Cheiro - autonomia e valorização dos usos etnobotânicos, estudo de caso da resistência no acampamento do MST, Dom Tomás Balduino, em Goiás
Soraya Vitor de Andrade Prof.ª Eliete Wolff	Escola do campo, juventude e educação popular: o núcleo territorial do DF Sul, Ibiporã, em perspectiva

Bárbara Loureiro Borges Prof. Luiz Zarref	As feiras livres e a construção da soberania alimentar em cidades satélites do DF
Cleonice Cesário dos Santos Prof Vânia Pimentel	Estratégia de mobilização das mulheres do Assentamento Itaúna a partir do tratamento com plantas medicinais
Edineide Soares da Rocha Prof.ª Janaina Diniz	Sustentabilidade dos agricultores acampados e assentados da Reforma Agrária na região do cerrado de Planaltina – DF
Juliana Cristina de Sousa Prof. Vicente Borges	Gestão de agroindústria familiar e economia solidária: um estudo de caso no Assentamento Márcia Cordeiro Leite Planaltina – DF
André Aparecido Bispo Prof. Bernard Hess	Particularidade e tipicidade em São Bernardo: um estudo sobre romance São Bernardo, Graciliano Ramos
Francisco Delano Melo Prof. Luiz Henrique Gomes de Moura	Reposicionamento estratégico da agricultura camponesa e soberania alimentar: conectando produção agroecológica e abastecimento popular via protagonismo do trabalho no campo
Tatiana Mara de Castro Agostinho Prof. Marco Antonio Baratto	Organicidade e cooperação: a base para o desenvolvimento da matriz agroecológica no Assentamento Bom Sucesso em Flores de Goiás
Ivandice de Sousa Correa Profa. Tânia Cruz	Questão de gênero e patriarcalismo
Moacir Amorim da Silva Prof. João Batista Queiroz	Educação do Campo e desenvolvimento rural sustentável em Goiás: relação entre Estado, movimentos sociais e universidades na construção e implementação de políticas públicas para a Educação do Campo e agricultura familiar

Condições ambientais de trabalho e a saúde do trabalhador

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as condições ambientais de trabalho e sua influência na saúde do trabalhador. Para isso, foram coletados dados de uma pesquisa realizada em uma indústria de grande porte.

Os resultados da pesquisa indicam que as condições ambientais de trabalho são extremamente precárias, com altos níveis de ruído, vibrações e temperaturas elevadas. Essas condições são extremamente prejudiciais à saúde dos trabalhadores, podendo causar danos físicos e psicológicos de longo prazo.

Além disso, a falta de equipamentos de proteção individual e coletiva também contribui para a deterioração da saúde dos trabalhadores. É fundamental que as empresas adotem medidas eficazes para melhorar as condições ambientais de trabalho e garantir a saúde e o bem-estar de seus colaboradores.

Conclui-se que a melhoria das condições ambientais de trabalho é essencial para a promoção da saúde e a prevenção de doenças ocupacionais. As empresas devem ser responsabilizadas por garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os seus funcionários.



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS AUTORES



**A RESPEITO DOS
AUTORES**

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaurly da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ProdeMa/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG).

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salette Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

